

Tributos Liminar

Zanin atende Lula e susta desoneração da folha de empresas

Decisão do ministro também suspende benefício para as prefeituras; plenário virtual do STF vai analisar liminar

LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido do governo e suspendeu ontem trechos da lei aprovada pelo Congresso que prorrogou a desoneração da folha de pagamento dos municípios e de 17 setores da economia até 2027. Zanin é relator do caso na Corte. A decisão é provisória e será levada à análise do plenário virtual do STF que começa hoje e se estende até o próximo dia 6 de maio.

A ação que questiona as desonerações foi ajuizada anteriormente no Supremo e é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias. Na ação, o governo alegou que a lei, promulgada no fim do ano passado, não indicou o impacto financeiro da prorrogação das desonerações — uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 4 de maio de 2000, e também da Constituição.

O ministro acatou o argumento da AGU e considerou que, sem a indicação do impacto orçamentário da medida, poderá ocorrer “um desajuste significativo nas contas públicas e um esvaziamento do regime fiscal constitucionalizado”.

‘OPÇÃO LEGISLATIVA’. “Na li-

nha do que reiteradamente vem decidindo este STF, observo que essa necessária compatibilização das leis com o novo regime fiscal decorre de uma opção legislativa. Não cabe ao STF fazer juízo de conveniência e oportunidade sobre o conteúdo do ato normativo, mas apenas atuar em seu papel de judicial review, ou seja, de verificar se a lei editada é compatível com a Constituição federal”, escreve Zanin em sua liminar.

Na ação, o governo pedia que Zanin, indicado pelo presidente Lula à Corte, fosse o relator do processo. Isso porque ele já relata outra ação, apresentada pelo Novo, que contesta a medida provisória (MP) do governo no que havia estabelecido a reoneração da folha dos 17 setores e da alíquota previdenciária de prefeituras.

Normalmente, as ações que entram na Corte são sorteadas a um ministro para que atue como relator, exceto quando já tramitam outros processos que tratem do mesmo tema. Nesses casos, o processo é distribuído por “prevenção” para o ministro que já é relator das ações semelhantes. ●

Siafi Investigação em curso

Novo ataque desvia mais R\$ 1,2 milhão do TSE

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi alvo de um novo desvio de dinheiro público que movimentou R\$ 1,2 milhão no dia 16 de abril. O recurso estava destinado a uma empresa de tecnologia de informação terceirizada pelo TSE em Brasília, mas foi desviado para outras três contas bancárias abertas em nome de empresas e pessoas físicas diferentes.

Com isso, os valores desviados da União após o ataque ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) somam R\$ 15,2 milhões. Até o momento, só há informação de que R\$ 2 milhões foram recuperados.

Conforme o **Estadão** revelou anteriormente, R\$ 14 milhões foram desviados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e da Justiça Eleitoral em recursos que deveriam ir para o Serpro (Serviço Federal de Processa-

mento de Dados), empresa pública de tecnologia.

RESERVA. Nesse novo caso, o valor de R\$ 1,2 milhão estava reservado para a G4F, empresa de tecnologia de informação contratada pelo TSE em Brasília. Mas foi parar em três contas bancárias que nada têm a ver com o fornecedor original. A suspeita é de que nomes, CPFs, CNPJs e chaves Pix foram roubados para o recebimento do dinheiro.

Golpe contra a União
Com ação de 16 de abril, valor desviado da União depois de ataque ao Siafi chega a R\$ 15,2 milhões

O TSE afirmou que o caso está sendo investigado pela Polícia Federal e corre sob sigilo. O Ministério da Gestão não se pronunciou. O Tesouro confirmou em nota que credenciais para acesso ao Siafi foram obtidas de modo irregular. ●

Um híbrido muito mais elétrico. Mais potência e menos consumo.

ÚLTIMOS DIAS!
Ainda mais irresistível!

CIVIC
ADVANCED
HYBRID

HEV
Honda
SENSING
myHonda
Connect

O diferencial da Tecnologia Honda para você

ENT. DE APENAS 30%
+ parcelas de R\$ **3.907,00**
+ parcela final
TX. 0,99%

ENTRADA de 60%
TAXA ZERO%
em 24X

Seu usado vale até
95% da FIPE
na troca

Faça um Test-Drive
na concessionária Honda perto de você!

Paz no trânsito começa por você.

Promoção válida para a Grande São Paulo até 30/04/2024. Civic Advanced Hybrid à vista R\$ 265.900,00 ou Plano Evolution Honda entrada de R\$ 79.770,00 + 36 mensais de R\$3.907,00 + parcela final de R\$108.456,00. Encargos 0,99% a.m. ou Plano Taxa Zero com entrada de R\$ 159.540,00 + 24 mensais de R\$4.608,00. Encargos 0,0% a.m. ITC e IOF inclusos. Crédito sujeito à aprovação do Banco Honda. Avaliação de 95% da FIPE para veículos Honda sujeitos a avaliação presencial, até 10.000 rodados por ano, sem avaria, revisões realizadas em concessionária e laudo cautelar aprovado sem observações. Consulte disponibilidade. Válido com emplacamento na Grande São Paulo.

HONDA

Concessionárias Honda da Grande São Paulo

pressreader